vereadores e o povo que vai e vejam o
Absurdo que isto acontecendo não feito
da sua vereda e um crime contra o
meio ambiente e é preciso que se tome
providencias urgentes. Retornando a presidencia
e não havendo mais quem quisesse fazer uso
da palavra o presidente encerrou a sessão
agradecendo a presença de todos e mandou
que se lavrasse a presente ata que vai ser
lida e assinada pelo presidente pelos vereado-
res e demais vereadores presentes. Sala das
Sessões da Câmara Municipal de Itaberaba
em 27 de agosto de 1997.

Arnaldo Araújo de Araújo
Luiz Gustavo de Araújo Filho
Ismael C. Pereira.

Aprovada em: 01.09.97.

Ata da 18ª sessão do segundo periodo ordinario, realizada pela câmara Municipal de Itaberaba em 01 de setembro de 1997.

Às onze horas do dia 01 de setembro de 1997, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Itaberaba sob a Presidencia do vereador Pedro José da Silva, havendo comparecido os seguintes vereadores. Orlindo Paulino da Silva, Manoel Hermínio de Medeiros Correia, Edilson Andrade, Carlos José da Costa Araújo, Arnaldo Araújo de Araújo, Hilton Pereira da Costa, Luiz Gustavo de Araújo Filho, José Batista Santana, Benedito Nilton Henrique, José Rodrigues Neto, José de Assis Melo, Francisco de Assis Damasceno, Arnaldo de Araújo e Antonio Carlos Pereira. O Presidente verificando o numero legal deu por aberto os Trabalhos e mandou fazer a leitura da Ata da sessão anterior, que depois de lida e apreciada pelos vereadores presente foi a mesma posta em votação sendo, aprovada por unanimidade. Em seguida constou matérias. Em seguida o Presidente passou a palavra, ocupou a Tribuna Sr. Pereira da Costa, dizendo que em relação ao pronunciamento do vereador Manoel Medeiros na sessão passada onde o mesmo disse que o Prefeito tem Obrigação de pagar os empenhos por sequencia e não discriminado, quero

dizer que não existe lei que obrigue o sr Prefeito a pagar os empenhos pela sequência numérica, quanto aos documentos que foram solicitados do Banco do Fortaleza não foram enviados porque as negociações não foram concluídas. quanto ao calçamento na verdade o o sr. Prefeito está realizando obras em nosso município, como calçamento, a reforma do PAM com novos equipamentos para atender a população carente. neste próximo sábado será inaugurada uma creche e o calçamento de ruas no Alto Alegre. vou ao Tribuna Manoel Ferreira dizendo ao vereador Silton que existe lei que obriga o sr. Prefeito a pagar os empenhos pela sequência numérica, e não acumular empenhos e pagar o que ele quer e como quiser, acho isto que o sr. Prefeito infelizmente não entende de lei e que não mande recado pois esta casa é um poder livre e que trabalhar com sinceridade, quanto ao repasse do duodécimo graças a Deus existe justiça e alguém que possa repassado, o sr. Prefeito sabe que o Duodécimo da Câmara é sagrado mas infelizmente não está cumprindo com suas obrigações e está mal informado. Ocupou a Tribuna Edilson Andrade, dizendo que em aparte: O recado que mandaram a esta casa pelo vereador Silton, pois caro vereador você é de uma família tradicional, e V. ex. estar vindo de menino de recado, pois um mafioso tenta denegrir, desmoralizar, adquirir com este Poder Legislativo, pois a minha justificativa consta transcrita na integra na ata e foi gravada em fita, quem quiser tirar cópia me procure, e eu disse que o Prefeito de fato mas não de direito pedir uma cópia para o ex-Prefeito e na oportunidade a Câmara uma cópia na atual administração. quanto as placas colocadas nas casas que a Prefeitura diz construir existe uma de um certo comerciante que afirma que sua casa está sendo construída pelos seus recursos e não da prefeitura. em relação ao calçamento no Alto Alegre, não foi feito o calçamento e sim a complementação da rua, porque o Prefeito de fato tem uma casa lá, e o calçamento estende-se por outra rua porque a Prefeitura está construindo uma casa de um apadrinhado. Quero dizer que o Alto Alegre não está sendo calçado agora foi calçado na minha Administração e na Administração de Severino Ramos Filha. Quero registrar os meus parabéns a (sua) V. Ex.ª Sr. Presidente desta Casa pelo seu brilhante desempenho à frente desta Casa e sua preocupação constante junto a sua excelência o Sr. Juiz de Direito, conseguiu que o duodécimo da Câmara fosse repassado, durante 25 anos que ocupo o cargo de vereador nesta casa não tive um Presidente à sua altura com determinação e coragem já está criticando a vossa pessoa pelo seu dinamismo e preocupação de manter esta casa em dia

e vos dizer que a Prefeitura vai pagar porque a câmara ficou com o dinheiro, nós devemos ficar em alerta por que vai continuar denegrindo a nossa imagem e devemos dar apoio ao nosso presidente, e se possível divulgar em carro de som e jornais. Quero dizer que a justiça vai cumprir o que era de direito. Depois a Vereadora Antonieta Carlos Ferreira, na verdade o sr. Prefeito continua denegrindo, desmoralizando a câmara, aumentou o IPTU por conta própria e ainda ameaça cobrar judicialmente; Decreto estado de calamidade pública no município quando o município não está em estado de calamidade e sim a atual administração; quanto ao melhoramento do PAM não sei em que mudou, pois os equipamentos que lá se encontrão são rotineiros; até as consultas do hospital foram tiradas só se atende em caso de emergência; O sr. Prefeito anda sumido quem esta administrando é o Vice dele. portanto temos que tomar atitudes mais sérias contra a atual administração. O presidente passou a presidência ao vice presidente e ocupou a tribuna, dizendo que vai atentamente aos pronunciamentos e quero falar sobre alguns tópicos, quando o vereador Manoel Medeiros apresentou um requerimento pressionando a prefeitura para que tomassemos providencia com relação ao duodécimo, o que na realidade foi feito. inclusive o nobre líder do prefeito votou a favor do requerimento, caso essa providencia não tivesse sido tomada não teríamos recebido o duodécimo, porque o primeiro ministro do município vai continuar Obstaculando e fazendo de sua maneira, no entanto o duodécimo é uma obrigação porque existe uma lei orçamentária que foi aprovada e sancionada que garante o repasse mensal e tem que ser cumprida a lei. Quero dizer que a população já tomou consciência e não é mais idiota em aceitar a desculpa de que a prefeitura não paga (porque) aos funcionários porque a câmara retirou o dinheiro do Banco, pois como é que o Prefeito não paga aos funcionários porque não tem dinheiro na Prefeitura e o mesmo diz que está construindo com recursos próprios, isto é uma mentira, pois ele está usando o dinheiro de pagar os míseros salários atrasados dos funcionários para realizar obras. estou dizendo isto porque não tenho medo do Sr. Prefeito e nem tenho inimigos, pois a minha família que se algo me acontecer saberão de quem é a culpa. Sei entre aspas uma ação na justiça contra um certo assessor do sr. Prefeito que estava aqui presente e saiu nos difamando, quero dizer aos senhores vereadores que os balancetes da câmara estão à disposição para averiguação em que o dinheiro está sendo gasto. retornando a presidência, continuou franqueada a palavra não havendo mais quem quisesse fazer uso da mesma O Presidente encerrou a sessão agradecendo a presença de todos e mandou que se lavrasse a presente Ata que vai datada e assinada pelo Presidente, pelos secretários e demais vereadores

presente sala das sessões da câmara Municipal de Itabaiana, em 01 de setembro de 1997.

Sadi [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] Pereira

Arnaldo Trajano de Araujo

Hilton Pereira da Costa

João Rodrigues Dias

Luiz Antonio de Araujo Filho

[illegible]

[illegible]

Ronaldo de Araujo

Ata da vitava sessão do segundo período ordinario realizada pela Câmara Municipal de Itabaiana em 03 de setembro de 1997.

Às vinte horas do dia 03 de setembro de 1997, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Itabaiana, sob a Presidencia do vereador Pedro José da Silva, havendo comparecido os seguintes vereadores. Manoel Hermínio de Medeiros Correia, Edilson Andrade, Antonio Carlos Pereira, Arnaldo Trajano de Araujo, Hilton Pereira da Costa, João Rodrigues Dias, Luiz Antonio de Araujo Filho, José de Assis Abelo, Francisco de Assis Damaceno e Ronaldo de Araujo. O Presidente verificando o numero legal deu por aberto os trabalhos e mandou fazer a leitura da Ata da sessão anterior que depois de lida e apreciada pelos vereadores presente foi a mesma posta em votação sendo aprovada por unanimidade. Do expediente consta do Parecer favoravel da comissão constitucional Justiça e Redação ao Projeto de Lei 31/97. e o Proprio Projeto. Após a leitura do Parecer o Presidente colocado em discussão o referido Parecer, nao havendo discussão foi posto em votação sendo aprovado por unanimidade. Em discussão o referido Projeto, nao havendo discussão foi posto em votação sendo aprovado por unanimidade. Tanto o Projeto como o Parecer foram aprovados na primeira votação nao havendo mais materia, o Presidente franqueou a palavra. Ocupou a